

**Consulta Prévia**

(nos termos do art. 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos)

**CONVITE**

**PROCEDIMENTO: CP.IPG.2024.628**

**Aquisição de serviços para desenvolvimento de Plataforma Digital para alojamento e distribuição de programas de radio local para NEWAVES**



Co-funded by  
the European Union

POLI  
TÉCNICO  
GUARDA



## 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

- 1.1 O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços para o desenvolvimento de uma plataforma digital para alojamento e distribuição de programas de rádio locais no **âmbito do projeto NEWAVES — Collaborative Alliance for Radio Recovery and Boost of Community News Media in Low-density Territories**, conforme descrito no Caderno de Encargos.
- 1.2 A sua tramitação ocorre integralmente na plataforma eletrónica da entidade adjudicante ACIN Icloud Solutions, Lda., adiante designada por ACINGOV, com o endereço <https://www.acingov.pt/>

## 2. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade pública adjudicante é o Instituto Politécnico da Guarda, adiante designado por IPG:

**NIF:** 600023265

**Morada:** Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 50; 6300-559 Guarda

**Telefone:** +351 271220100

**Endereço eletrónico:** [sap@ipg.pt](mailto:sap@ipg.pt)

## 3. DECISÃO DE CONTRATAR

O órgão que determinou a contratação foi o Presidente do IPG, no exercício dos poderes nele delegados pelo despacho nº 5845/2024, publicado no Diário da República nº 100/2024, II série, de 23 de maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do DL n.º 197/99, de 8 de junho, e com o artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) na redação em vigor.

## 4. FUNDAMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ESCOLHIDO

Considerando o valor do preço base estipulado no Caderno de Encargos, o procedimento legalmente adequado é a consulta prévia, nos termos da alínea c) do artigo 20º do CCP.

## 5. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

O órgão competente para prestar esclarecimentos é o júri do concurso, de acordo com o n.º 2 do artigo 69.º do CCP e no exercício dos poderes nele delegados pelo Presidente do IPG.

## 6. ESCLARECIMENTOS; RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

- 6.1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o interessado pode solicitar, através do endereço eletrónico indicado no número 2, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, deve apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 50.º do CCP.
- 6.2. Nos termos da lei, consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
- a) Aspectos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
  - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
  - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar, que o interessado não considere exequíveis.
- 6.3. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente presta os esclarecimentos solicitados e delibera sobre os erros e as omissões identificados pelo interessado, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

6.4. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelo interessado, bem como a decisão prevista no n.º 5 do artigo 50.º do CCP, serão disponibilizados a todos os concorrentes, e juntos às peças do procedimento.

## 7. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. As propostas serão redigidas em língua portuguesa.

7.2. As propostas e os documentos que as constituem, devem ser entregues com a indicação do título **«Aquisição de serviços de desenvolvimento de uma plataforma digital, para alojamento e distribuição de programas de rádio local no âmbito do projeto NEWAVES»** e o nome ou denominação social do concorrente.

## 8. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

A proposta e os documentos que a constituem devem ser submetidos na plataforma eletrónica identificada no ponto 1.2, até as **23:59h do 9.º dia** seguinte à expedição do Convite.

## 9. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

9.1. A proposta é constituída, conforme o disposto no artigo 57.º do CCP, pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, à luz do disposto na alínea a), nº 1 do artigo 57º do CCP, elaborada em conformidade com o modelo constante no Anexo I deste Convite;
- b) Documento que contenha o preço global proposto em conformidade com as definições descritas na Parte II do Caderno de Encargos.
- c) Declaração de imparcialidade a que se refere o n.º 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, elaborada em conformidade com o modelo constante no Anexo III deste Convite.

9.2. Os concorrentes que sejam sociedades comerciais devem indicar, na declaração da alínea a) do n.º 9.1, um código válido para consulta eletrónica da respetiva certidão permanente de registo comercial.

9.3 Os documentos exigidos no n.º 9.1 devem ser assinadas digitalmente, na aceção das alíneas a) e b), nº 2 do artigo 3.º do DL n.º 12/2021, de 9 de fevereiro, pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar.

9.4 Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do n.º 9.1 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

9.5 Quando os preços constantes da proposta sejam também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

9.6 Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pelos interessados, nos termos do artigo 66.º do CCP.

9.7 Todas as despesas inerentes à elaboração da proposta são da responsabilidade do concorrente.

## 10. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

## 11. VALIDADE DAS PROPOSTAS

O prazo da obrigação de manutenção da proposta é de 66 dias, contados a partir da data limite para a sua entrega.

## 12. ANÁLISE DAS PROPOSTAS

A proposta será excluída, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 70.º ou nos n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º, ambos do CCP, nomeadamente devido a:

- a) Incumprimento do disposto nos n.ºs 8, 9.3 e 9.4;
- b) Omissão ou insuficiência de algum dos documentos elencados nas alíneas a) e b) do n.º 9.1, mas sem prejuízo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do art. 72.º do CCP.

## 13. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

- 13.1 A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a Entidade Adjudicante, tendo como único fator a considerar preço global da proposta.
- 13.2 Em caso de empate, o contrato será adjudicado mediante sorteio presencial entre os concorrentes em causa ou seus representantes legais, devidamente identificados, que decorrerá pelo modo, dia, hora e local a definir pelo IPG, com uma antecedência de dois dias úteis.

## 14. NEGOCIAÇÃO

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

## 15. CAUÇÃO

Não será exigida caução, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, dado que o preço contratual é inferior a € 500.000,00.

## 16. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 16.1 O Adjudicatário deve, no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, enviar os documentos seguintes, através da plataforma eletrónica indicada no n.º 1.2, ou autorizar a consulta eletrónica da informação abaixo indicada:
  - a) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do art. 81.º do CCP, conforme modelo constante do anexo II do CCP;
  - b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
  - c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
  - d) Certificado de registo criminal, destinado a comprovar que o concorrente não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP.
- 16.2 Sendo o Adjudicatário uma pessoa coletiva, o certificado a que se reporta a alínea d) do número anterior deve respeitar quer à pessoa coletiva, quer aos titulares do respetivo órgão de administração ou gerência.
- 16.3 Verificando-se as situações previstas no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, por facto que não seja imputável ao Adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar pode conceder, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de

caducidade da adjudicação.

#### **17. IDIOMA DOS DOCUMENTOS**

Quando os documentos que constituem a proposta ou os documentos de habilitação não estiverem redigidos em língua portuguesa, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, exceto nos casos seguintes:

- a) Documentos que constituem a proposta: o IPG reserva-se o direito de aceitar ou rejeitar traduções não legalizadas, desde que o concorrente convidado declare aceitar a sua prevalência, para todo e qualquer efeito, sobre os respetivos originais;
- b) Os documentos técnicos (catálogos, certificados, referências e similares) que integram a proposta podem ser aceites se estiverem redigidos em língua inglesa, francesa ou espanhola.

#### **18. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Convite aplica-se o regime previsto no CCP, na sua atual redação, e respetiva regulamentação.

**O Presidente do IPG,**

---

Prof. Doutor Joaquim Manuel Fernandes Brigas

## ANEXO I

Modelo de declaração  
(a que se refere a alínea a) do n.º 9.1 do Convite)

1 - ... (nome, número de documento de identificação, número fiscal e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e endereços eletrónicos), cuja certidão permanente de registo comercial pode ser consultada eletronicamente, com o código xxxx-yyy-zzzz (1), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

## ANEXO II

(Modelo de declaração)

[a que se refere a alínea a) do n.º 16.1 do Convite]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

**2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.**

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

### ANEXO III

(a que se refere a alínea c) do n.º 9.1 do Convite)

**Modelo de Declaração de imparcialidade a que se refere o n.º 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro**

1 – Para os efeitos do disposto no artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) ... [nome, número de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1)... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], prestadora de serviços no âmbito do procedimento ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra abrangida pela previsão constante do n.º 3 do artigo 69.º.

2 – O declarante tem pleno conhecimento que a violação do disposto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 69.º do citado diploma legal implica a anulação dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou agentes impedidos, sem prejuízo do dever de indemnização da Administração Pública e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato.

....[local],...[data],...[assinatura].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.